

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

# Termo de Referência 42/2025

## Informações Básicas

**Número do artefato** UASG  
42/2025

**Editado por**  
200380-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

**Atualizado em**  
ALZIR FERREIRA SOARES 29/09/2025 15:30 (v 0.6)

**Status**  
ASSINADO

## Outras informações

**Categoria**  
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

**Número da Contratação**  
45/2025

**Processo Administrativo**  
08220.002492/2025-51

## 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Aquisição de mobiliários permanentes (institucionais/corporativos)** com montagem e outros equipamentos permanentes, destinados à Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e às suas unidades descentralizadas, incluindo a Delegacia de Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul /AC, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE BENS	REQUISIÇÃO MINIMA	REQUISIÇÃO MAXIMO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
GRUPO 1 - ARMÁRIOS/GAVETEIRO							
1	Armário Alto com Portas e Prateleiras (altura 1.600 mm) Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	26	20	26	R\$ 1.007,27	R\$ 26.189,02
2	Armário Alto Semiaberto Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	35	15	35	R\$ 530,00	R\$ 18.550,00
3	Armário Baixo com 2 Portas Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	69	30	69	R\$ 677,83	R\$ 46.770,27
4	Armário Super Alto com Portas e Prateleiras Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	23	10	23	R\$ 1.721,50	R\$ 39.594,50

5	Gaveteiro Volante com Quatro Gavetas Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	106	50	106	R\$ 1.019,40	R\$ 108.056,40
TOTAL GRUPO 1						R\$ 239.160,19	
GRUPO 2 - CADEIRAS E LONGARINAS							
6	Cadeira com Rodízios Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	40	20	40	R\$ 1.073,33	R\$ 42.933,20
7	Cadeira de Interlocutor para os Ambientes de Trabalho Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	104	50	104	R\$ 1.145,33	R\$ 119.114,32
8	Cadeira Individual Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	26	10	26	R\$ 1.111,83	R\$ 28.907,58
9	Cadeira Utilizada em Todos os Ambientes de Reunião Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	145	70	145	R\$ 891,33	R\$ 129.242,85
10	Longarina de 2 Lugares Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI		5		9	R\$ 561,83
11	Longarina de 3 Lugares Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	14	7	14	R\$ 557,11	R\$ 7.799,54
TOTAL GRUPO 2						R\$ 333.053,96	
GRUPO 3 - MESAS							
12	Mesa Autoportante Modelo B - (Tampo 1.400 x 1.400 mm) - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	115	50	115	R\$ 1.118,78	R\$ 128.659,70
13	Mesa Autoportante Modelo B - (Tampo 1.600 x 1.600 mm) - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	38	15	38	R\$ 1.933,00	R\$ 73.454,00
	Mesa de Reunião						

14	Circular Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	9	5	9	R\$ 1.541,12	R\$ 13.870,08
15	Mesa de Reunião Ovalada ou Retangular 2400 mm Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	3	1	3	R\$ 1.351,67	R\$ 4.055,01
16	Mesa de Reunião Ovalada ou Retangular 3000 mm Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	3	1	3	R\$ 1.841,00	R\$ 5.523,00
17	Mesa Modelo A - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	1	1	1	R\$ 1.439,16	R\$ 1.439,16
18	Mesa para Refeitório Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	7	3	7	R\$ 1.148,67	R\$ 8.040,69
19	Mesa Retangular Individual Modelo B - Conforme Portaria nº 13.056 - DG/PF, de 15 de julho de 2020	UNI	15	7	15	R\$ 863,63	R\$ 12.954,45
TOTAL GRUPO 3						R\$ 247.996,09	
ITENS INDIVIDUALIZADOS							
20	FOGAO - Fogão de indução 4 bocas, acendimento automático. - Fogão de indução 4 bocas, acendimento automático. - Potência 7000W - Base em vidro cerâmico - Display digital e painel touch, desligamento automático de segurança. - Tensão de 127 Volts - Marca de Referência: Consul , similar ou superior.	UNI	7	3	7	R\$ 1.214,50	R\$ 8.501,50
	DETECTOR DE METAIS: O Controle de Acesso é um componente da linha de Detectores de Metais tipo portal, recomendado em situações de inspeção que buscam identificar armas de fogo, ao mesmo tempo em que precisam diferenciar objetos de uso pessoal. - Sensibilidade: possui 100 níveis de ajuste; - Buzzer: sinalizador sonoro com ajuste de volume de 10 níveis; - Três idiomas de programação: português, inglês e espanhol; - Uniformidade de detecção em						

21	<p>todo vão de passagem;</p> <p>- Sistema autoajustável com o ambiente;</p> <p>- Não emite ondas de radiação ionizantes;</p> <p>- Conformidade com a norma NBR 5410 (itens de segurança);</p> <p>- Atende aos requisitos de proteção IP definidos pela norma IEC 60529;</p> <p>- Atende aos requisitos de detecção das normas NILECJ 0601-00 (níveis 1, 2, 3 e 4);</p> <p>- Saída: relés NA e NF;</p> <p>Alimentação: Bivolt;</p> <p>- Consumo: 30W;</p> <p>- Peso médio: 65kg;</p> <p>- Dimensões (Altura x Largura x Profundidade): 2240 x 890 x 530 mm.</p>	UNI	3	1	3	R\$ 14.225,17	R\$ 42.675,51
22	<p>TELEVISOR de 55 a 60 " TELEVISOR</p> <p>- Smart TV tela em LED ou superior tamanho de 55 a 60".</p> <p>- Resolução de imagem 4K, espelhamento de telas de smartphones, Bluetooth, frequência de 120 Hz de 60Hz, no mínimo 3 portas HDMI, 2 portas USB.</p> <p>- Possibilidade conexão a rede sem fio integrada.</p> <p>- Espessura ultra slim, processador no mínimo quad core, função que permita gravar a programação.</p> <p>- Controle remoto - Bivolt</p> <p>- Referência: Smart TV 60" LG, similar ou superior.</p>	UNI	14	5	14	R\$ 3.266,44	R\$ 45.730,16
23	<p>BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA 100 LITROS :</p> <p>- Isolamento em EPS;</p> <p>- Estrutura em aço inox 430;</p> <p>- Aparador de água (pingadeira) em aço inox 430;</p> <p>- Serpentina interna em aço inox 304;</p> <p>- Gás ecológico R-134;</p> <p>- Tomada com 3 pinos conforme norma da ABNT/NBR /603351;</p> <p>- Acompanha filtro frisel;</p> <p>- Certificado pelo Inmetro portaria 344;</p> <p>- DUAS torneiras geladas - UMA natural;</p> <p>- Regulagem de temperatura com 7 níveis (sendo o 01 menos frio à 07 mais frio).</p> <p>- Dimensões (AxLxP): 135 x 70 x 72 cm - (variação máxima permitida de até 10%)</p> <p>- Capacidade de refrigeração: 30,0 l/h;</p> <p>- Compressor 1/6 HP potência;</p>	UNI	2	1	2	R\$ 2.252,44	R\$ 4.504,88

	<p>- Reservatório 100L em PP (Polipropileno);</p> <p>- Voltagem: 220v;</p> <p>- Media de pessoas/hora gelada (considerando copos 200ml): atende até 230 pessoas/hora;</p> <p>- Vazão máxima: 50 L/h;</p> <p>- Pressão mínima de operação: 20 kPa;</p> <p>- Pressão máxima de operação: 200 kPa;</p> <p>- Temperatura mínima de operação: 5°C;</p> <p>- Temperatura máxima de operação: 30°C;</p> <p>- Frequência: 60 Hz;</p> <p>- Potência: 350 W;</p> <p>- Modelo de referência: Frigelar, similar ou superior.</p>						
24	<p>CATRACA DE ACESSO BIOMETRICA: Características Gerais</p> <p>Características Gerais</p> <p>Web Server embarcado para configuração;</p> <p>Software de configuração off-line</p> <p>Gerenciador de Inners;</p> <p>Comunicação: Ethernet 10 /100Mbps (TCP/IP);</p> <p>Mecanismo de braço fixo (modelo padrão): Sistema de mecanismo com 3 braços em tubo de aço inox polido);</p> <p>Gabarito de perfuração;</p> <p>Display: com backlight, 2 (duas) linhas, 16 (dezesseis) colunas;</p> <p>Sinalização: Pictogramas com setas indicativas de acordo com o sentido que ocorre a liberação;</p> <p>Teclado: com 16 (dezesseis) teclas de silicone tipo manta;</p> <p>numérico de funções: permite o cadastro de 10 funções especiais configuráveis pelo Software.</p> <p>Leitor de Biometria:</p> <p>LC: Podem ser armazenados até 3.000 usuários com uma digital ou 1.500 com duas digitais.</p> <p>Opcionais:</p> <p>LFD: Também chamado de Live Finger Detector consiste em uma proteção contra a utilização de dedo falso em uma tentativa de registro de acesso;</p> <p>LM: Marca SAGEM, podem ser armazenados até 10K usuários com até duas digitais. O número de usuários que podem ser cadastrados depende da configuração aplicada à catraca;</p> <p>Cartões de Proximidade: Tecnologias MIFARE ou 125kHz (incluindo ASK, FSK e PSK);</p> <p>QR Code: Aproximação de</p>	UNI	2	1	2	R\$ 11.686,53	R\$ 23.373,06

	códigos QR Code ou barras impressas em cartões ou na tela do smartphone. Mecanismo com Anti-Pânico (braço articulado): Permite a liberação do acesso através de um botão externo de liberação; Software de controle de Acesso: Academia; Dimensões: Medidas: 300x1050x690 (L x A x P); Peso: 24Kg.						
25	FRIGOBAR - Frigobar com capacidade mínima de 117L e máxima de 130L. - Potência de 80W. - Cor branca. - Selo de eficiência energética procel A. - Com congelador, controle de temperatura, grades removíveis, porta-latas. - Garantia mínima de 12 meses. - Considerando a ausência de um padrão comum na rede elétrica do país e a previsão de entrega em diferentes Estados da Federação, informa-se que a tensão dos equipamentos deverá seguir a tensão padrão das cidades previstas para entrega. - Tensão de 127 Volts. - Modelo de referência: CONSUL, similar ou superior.	UNI	32	15	32	R\$ 1.405,82	R\$ 44.986,24
<b>VALOR GLOBAL</b>						<b>R\$ 989.981,59</b>	

**Observação:** Os critérios detalhados de qualidade, exigência de amostras e marcas de referência a serem adotados para análise e julgamento da proposta estão definidos no **item 4 – Requisitos da Contratação** deste Termo de Referência, o qual deverá ser rigorosamente observado pelos licitantes.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes:

1.1.2. Em caso de divergência entre a descrição e a especificação constantes do Catálogo Unificado de Materiais (CATMAT) e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.

1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O **prazo de vigência** da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do Termo de Contrato, **prorrogável por até 05 (cinco) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O **custo estimado total (gerenciador) da contratação é de R\$ 989.981,59 (novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), conforme custo apostado na tabela acima.**

1.6. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. O fornecimento do gênero será sob demanda do setor solicitante, e variáveis durante a vigência do contrato.

1.8. A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, regida pela Lei nº 14.133/2021. O fornecimento será formalizado por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com vigência mínima de 12 (doze) meses, o que permitirá contratações gradativas, aderência planejada e otimização na gestão dos recursos públicos.

1.9. Nos termos do **artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, admite-se o uso do SRP **quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas**. Tal hipótese aplica-se integralmente ao presente caso, uma vez que parte significativa do mobiliário destina-se à **nova Delegacia Descentralizada de Cruzeiro do Sul/AC**, cuja obra encontra-se em fase avançada de construção, mas ainda não concluída.

1.10. Dessa forma, a estratégia de adoção do SRP garante que:

- **As entregas iniciais** sejam direcionadas às unidades já consolidadas e em funcionamento (Superintendência Regional em Rio Branco e Posto de Etipaciolândia), evitando atrasos no atendimento às necessidades imediatas.
- **As entregas futuras** sejam realizadas de forma **parcelada e programada**, em conformidade com o cronograma de finalização da nova Delegacia de Cruzeiro do Sul, assegurando que os bens sejam instalados em ambiente pronto para uso, preservando sua integridade física e evitando custos de armazenagem.
- **A economicidade e a isonomia** sejam resguardadas, pois a utilização do SRP possibilita um planejamento contínuo, alinhado à real disponibilidade das unidades, sem necessidade de nova licitação para cada fase.

1.11. Assim, a adoção do **SRP com entregas parceladas** não apenas atende ao permissivo legal do Decreto nº 11.462/2023, mas também representa uma medida de gestão estratégica e racional, garantindo eficiência no gasto público, adequação logística, preservação do patrimônio e plena observância ao interesse público.

#### **Justificativa para o Agrupamento dos Mobiliários em Comum**

1.12. O agrupamento dos itens por similaridade de natureza — como **cadeiras com cadeiras, armários com armários, mesas com mesas** — tem por objetivo assegurar a viabilidade e o êxito do procedimento licitatório, evitando o risco de **itens desertos**.

1.13. A experiência administrativa demonstra que, quando determinados itens apresentam **quantidades reduzidas** ou **destinação específica para localidades do interior**, existe a possibilidade de não despertarem interesse comercial suficiente das empresas fornecedoras, especialmente em função dos custos logísticos envolvidos. Esse cenário compromete a economicidade do certame e gera riscos de não atendimento de necessidades essenciais.

1.14. O agrupamento de itens em comum atende a três finalidades principais:

1. **Ampliação da atratividade do certame** — ao reunir itens semelhantes em grupos maiores, cria-se um volume de fornecimento mais relevante, capaz de atrair maior número de fornecedores e estimular a competitividade.
2. **Garantia de atendimento integral das unidades do interior** — localidades como Cruzeiro do Sul/AC e Etipaciolândia/AC, que possuem menor demanda individual, passam a ser contempladas dentro de lotes mais robustos, reduzindo a chance de não haver interessados no fornecimento.
3. **Racionalidade administrativa e padronização** — o agrupamento permite a aquisição de mobiliários com características técnicas uniformes, assegurando conformidade com a **Portaria nº 13.056-DG/PF/2020**, que estabelece o padrão institucional da Polícia Federal, evitando divergências de especificações entre unidades Portaria 13.056/2020 DG/PF.

1.15. Assim, o **agrupamento dos itens por categorias homogêneas** não é apenas uma escolha administrativa, mas uma medida indispensável para:

- **Assegurar a economicidade** do processo;
- **Evitar fracionamento indevido** que comprometa a competitividade;
- **Garantir o pleno atendimento das unidades descentralizadas** da Polícia Federal, mesmo naquelas localidades menos atrativas para os fornecedores;
- **Promover a isonomia** entre os participantes e o cumprimento da finalidade pública prevista no ETP nº 45/2025.

1.16. Ressalte-se que, no presente processo, os mobiliários foram estruturados em **3 grupos** (conforme a similaridade de natureza dos itens) e em **6 itens individuais**, de modo a equilibrar a atratividade do certame com a preservação da competitividade, assegurando que itens de maior especificidade ou demanda pontual também sejam contemplados de forma adequada.

## **2. Fundamentação da contratação**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 do órgão gerenciador, conforme detalhamento a seguir:

- **ID PCA no PNCP:** 00394494000136-0-000007/2025;
- **Data de publicação no PNCP:** 26/04/2024;
- **Id do item no PCA:** 173;
- **Classe/Grupo:** 7110 - MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO;
- **Identificador da Futura Contratação:** 200380-45/2025.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na **aquisição de mobiliários e materiais permanentes padronizados** para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre e de suas unidades descentralizadas, incluindo a Delegacia de Cruzeiro do Sul/AC e o Posto de Epitaciolândia/AC. O fornecimento visa à reposição de bens inservíveis e à modernização da infraestrutura física, assegurando conformidade com os padrões de ergonomia, qualidade e sustentabilidade.

##### 3.2. Ciclo de vida do objeto

3.2.1. O ciclo de vida do mobiliário será observado desde a **aquisição até o descarte responsável**, contemplando:

- **Aquisição:** fornecimento de produtos novos, de primeiro uso, em conformidade com a Portaria nº 13.056-DG/PF/2020 e normas técnicas da ABNT, acompanhados de manual do usuário e manual técnico em língua portuguesa Portaria 13.056/2020 DG/PF.
- **Utilização:** mobiliários projetados para uso contínuo em ambiente administrativo, respeitando requisitos de ergonomia, conforto e acessibilidade, prevenindo doenças ocupacionais e contribuindo para o bem-estar físico e psicológico dos servidores ETP.
- **Manutenção:** garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, assistência técnica autorizada no território nacional e reposição de peças assegurada por, no mínimo, 5 (cinco) anos após a aquisição.
- **Eficiência energética e sustentabilidade:** produtos classificados nas classes A ou B do INMETRO (quando aplicável), priorizando baixo consumo de recursos e reciclabilidade de materiais, em consonância com a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia ETP.
- **Descarte:** ao final da vida útil, o mobiliário deverá possibilitar o descarte ambientalmente correto, preferencialmente com componentes recicláveis e reutilizáveis, reduzindo o impacto ambiental.

##### 3.3. Especificação do produto

3.3.1. Todos os itens a serem adquiridos devem seguir o **padrão básico da Polícia Federal** estabelecido na Portaria nº 13.056/2020, garantindo padronização nacional e imagem institucional unificada. As especificações contemplam, entre outros:

- **Mesas e estações de trabalho:** estrutura metálica ou em MDF/MDP de alta densidade, com tampo resistente a riscos e calhas para passagem de cabeamento.
- **Armários e arquivos:** confeccionados em aço tratado ou madeira industrializada de alta resistência, com pintura eletrostática, prateleiras reguláveis e fechaduras de segurança.
- **Cadeiras e poltronas:** padrões ergonômicos em conformidade com a ABNT NBR 13962, com regulagens de altura, apoio lombar, espuma injetada e revestimento em material resistente.
- **Balcões e mobiliários de atendimento:** design funcional e acessível, garantindo acolhimento ao público e compatibilidade com o fluxo de usuários.
- **Itens complementares:** gaveteiros, estantes, longarinas e mesas de reunião, todos padronizados conforme a Portaria nº 13.056/2020 e com garantia mínima de 5 (cinco) anos fornecida pelo fabricante Portaria 13.056/2020 DG/PF..



### 3.4. Benefícios esperados

3.4.1. A implementação da solução permitirá:

- Melhoria das condições de trabalho, com mobiliários adequados à saúde ocupacional.
- Atendimento integral às demandas das unidades da Polícia Federal, incluindo aquelas em regiões de menor atratividade comercial.
- Modernização e padronização da infraestrutura, reforçando a imagem institucional.
- Investimento de longo prazo, garantindo durabilidade, manutenção facilitada e sustentabilidade ambiental.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

#### 4.1.1. Sustentabilidade

A contratação de mobiliários permanentes deverá observar critérios de sustentabilidade amplamente aceitos no mercado, aliados às exigências normativas específicas aplicáveis à Administração Pública Federal. O objetivo é garantir que os bens adquiridos atendam não apenas à necessidade funcional e ergonômica, mas também promovam o uso racional de recursos naturais, a preservação ambiental e a conformidade com padrões técnicos de qualidade.

##### 4.1.1.1 Requisitos gerais de mercado

- Uso de **materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental**, como madeira industrializada de reflorestamento (MDF/MDP) e metais com potencial de reaproveitamento.
- Garantia de **durabilidade e ciclo de vida estendido**, com acabamentos resistentes a riscos, abrasão, umidade e oxidação, reduzindo substituições precoces.
- **Baixa emissão de compostos nocivos**, conforme normas da ABNT (ex.: **NBR 14386** – painéis de madeira reconstituída; **NBR 15755** – emissões de formaldeído).
- **Eficiência energética**, para equipamentos complementares ao mobiliário (frigobares, televisores, bebedouros), exigindo a **Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE)**, classes A ou B, conforme Portarias INMETRO nº 20/2017 e nº 332 /2011.
- Preferência por fornecedores com **certificações de qualidade e gestão ambiental** (ex.: **ISO 9001** e **ISO 14001**), assegurando boas práticas produtivas.

##### 4.1.1.2 Requisitos normativos específicos

Nos termos da **Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15 de julho de 2020**, todos os mobiliários deverão:

- Atender ao **padrão básico de especificações da Polícia Federal**, com materiais padronizados, ergonômicos e sustentáveis.
- Atender as **normas da ABNT** aplicáveis, como a **NBR 13962 (cadeiras para escritório)** e demais referentes à ergonomia e qualidade do mobiliário corporativo.
- Observar critérios obrigatórios de **sustentabilidade ambiental** previstos para o uso institucional, alinhados às diretrizes da Administração Pública Federal.

#### 4.1.2. Indicação de marcas ou modelos

4.1.2.1. Como referência e sugestão, apresenta-se as seguintes marcas conhecidas no mercado para mobiliários institucionais e corporativos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- a. **Mobiliários**: Bortolini Móveis, Tecnoflex, Marelli e Caderode.
- b. **Detectores de metais**: Garrett, CEIA, Fisher.
- c. **TVs**: LG, Samsung, Philips.
- d. **Bebedouros**: Frigelar.
- e. **Catracas de controle de acesso**: Digicon, Henry, Control iD.

f. **Frigobares:** Electrolux, Consul, Brastemp.

4.1.2.2. Esclarece-se que a **indicação das marcas acima tem caráter meramente referencial e visa garantir o padrão de qualidade do objeto contratado**, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2.3. **Serão aceitas outras marcas desde que comprovadamente apresentem qualidade igual ou superior às aqui referenciadas**, conforme critérios técnicos de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

#### 4.1.2.4. Vedação à Marcas Reprovadas

4.1.2.4.1. Fica vedada a contratação de marcas ou produtos que tenham sido objeto de reprovação por órgãos oficiais de controle de qualidade, como **INMETRO, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)**, ou por **laboratórios acreditados**, em decorrência de análises que identifiquem não conformidade técnica, ausência de requisitos ergonômicos, falhas de segurança, ou quaisquer condições que tornem o mobiliário impróprio para o uso institucional.

4.1.2.4.2. A recusa também se aplica a marcas constantes em **relatórios técnicos, notas de fiscalização, autos de infração ou sanções administrativas** emitidos por órgãos públicos, que tenham identificado lotes de mobiliário com defeitos estruturais, materiais em desacordo com a **Portaria nº 13.056-DG/PF/2020**, ausência de certificações obrigatórias ou não atendimento às normas da **ABNT**.

4.1.2.4.3. A comprovação poderá se dar por meio de **laudos técnicos, publicações oficiais, relatórios de ensaios laboratoriais, boletins de fiscalização ou registros em bases oficiais (ex.: SINMETRO, PROCON)** que atestem a reprovação da marca ou do produto.

#### 4.1.3. Declaração da Empresa Não Fabricante (Anexo III do Termo de Referência)

4.1.3.1. Em caso de participação de empresas que não sejam fabricantes, será exigida a apresentação de declaração formal, emitida pelo próprio fornecedor, na qual conste que:

- A empresa assume integral responsabilidade pelo fornecimento dos produtos objeto da contratação.
- Fica assegurado que a qualidade, o suporte técnico, a reposição de peças pelo período mínimo de 5 (cinco) anos e a observância dos prazos de garantia legal e contratual aplicáveis serão idênticos aos que seriam ofertados diretamente pelo fabricante.

4.1.3.2. A exigência dessa declaração tem como finalidade garantir a confiabilidade da cadeia de fornecimento, prevenindo a oferta de produtos de origem duvidosa e assegurando que a Administração Pública receba mobiliários com qualidade, suporte técnico e garantias compatíveis às do fabricante.

#### 4.1.4. Dispensa de Amostra

4.1.4.1. Não será exigida a apresentação de amostras dos mobiliários ofertados, em razão de suas características de **grande porte** e da necessidade de **montagem completa** para verificação de suas especificações, o que inviabiliza a avaliação por amostra física para maioria dos materiais.

4.1.4.2. A aferição da conformidade será realizada por meio de:

- **Catálogos técnicos oficiais do fabricante**, contendo descrição detalhada, dimensões e materiais de fabricação;
- **Laudos de conformidade** emitidos por órgãos acreditados ou certificados de qualidade que comprovem atendimento às normas da **ABNT e INMETRO**, às exigências da **Portaria nº 13.056-DG/PF/2020**, e às especificações definidas no edital.

#### 4.1.5. Subcontratação

4.1.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.1.6 Montagem

A contratada será responsável pela **entrega, transporte, descarregamento, conferência, montagem e instalação** completa dos mobiliários, em conformidade com as especificações técnicas e as normas de segurança.

##### 4.1.5.1 Local de montagem

- A montagem deverá ocorrer **nos locais de destino final**, previamente indicados pela Administração, incluindo a Superintendência Regional em Rio Branco, Delegacia de Epitaciolândia e a Delegacia de Cruzeiro do Sul, bem como outras unidades participantes do certame.
- A contratada deverá providenciar a alocação de equipe suficiente para execução da montagem em cada localidade, considerando a logística de transporte e acesso.

##### 4.1.5.2 Responsabilidade da contratada

- A montagem deverá ser realizada **por profissionais qualificados**, com uso de ferramentas adequadas e seguindo as instruções oficiais do fabricante.
- Toda a **mão de obra, equipamentos e insumos necessários** à execução da montagem correrão por conta da contratada, não cabendo ônus adicional à Administração.
- A contratada deverá garantir a **instalação correta e segura** dos mobiliários, preservando sua integridade e funcionalidade, de modo a evitar riscos aos usuários.
- Será de responsabilidade da contratada o **descarte ambientalmente correto** das embalagens e materiais residuais, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

#### 4.1.5.3 Prazos e condições

- A montagem deverá ocorrer no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** após a entrega dos mobiliários em cada unidade.
- Eventuais danos causados às instalações físicas ou aos mobiliários durante a entrega e montagem deverão ser **integralmente reparados ou substituídos** pela contratada, sem ônus para a Administração.
- Não será admitida a entrega de mobiliário **desmontado ou apenas depositado** no local, sem que seja concluída a montagem e a instalação conforme projeto funcional.

#### 4.1.5.4 Verificação e aceite

- O aceite provisório dos bens somente ocorrerá após a **montagem completa**, conferência física e funcional dos mobiliários e emissão de **Termo de Recebimento Provisório** pela Administração.
- O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação do cumprimento integral das especificações, bem como à ausência de vícios ou defeitos aparentes.

### 4.1.7. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

4.1.7.1. A empresa licitante deverá possuir, no mínimo, registro ativo em CNAE compatível com o objeto desta contratação, de forma a assegurar a regularidade técnica e jurídica para a comercialização dos mobiliários e demais itens correlatos.

4.1.7.2. São considerados CNAEs compatíveis para esta contratação:

- **4649-4/04** – Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria.
- **4649-4/99** – Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente.
- **4669-9/99** – Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças (inclui detectores de metais, catracas, bebedouros industriais/comerciais).
- **4649-4/02** – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico (inclui televisores, frigobares e equipamentos similares).

4.1.7.3. Será admitida a participação de empresas que possuam um ou mais dos CNAEs acima descritos, de acordo com a natureza dos bens a serem fornecidos.

### 4.1.8. Garantia da contratação

4.1.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.1.8.1.1. Tendo em vista que o objeto da contratação não é com cessão de mão de obra e não há complexidade na presente licitação, além disso a entrega dos gêneros será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

4.1.8.1.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

4.1.8.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### 4.1.9. Reserva de quotas para ME/EPP

4.1.9.1. A análise da viabilidade de reserva de cotas específicas para ME/EPP considera que o objeto envolve **mobiliários permanentes de grande porte e equipamentos complementares institucionais** (detectores de metais, catracas, bebedouros industriais, televisores e frigobares).

4.1.9.2. A divisão em cotas poderia gerar fornecimento de itens heterogêneos e dificultar a padronização e a uniformidade de qualidade exigida pela **Portaria nº 13.056/2020**, além de comprometer a logística de entrega e montagem em unidades distintas, sobretudo em localidades do interior (Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia).

4.1.9.3. Considerando que alguns itens exigem certificações técnicas específicas (ex.: INMETRO para eletrônicos, ABNT para mobiliários, conformidade com normas de ergonomia e segurança), a pulverização entre micro e pequenas empresas poderia aumentar o risco de inadimplimento, descontinuidade do fornecimento ou entrega de produtos fora do padrão.

4.1.9.4. Assim, a Administração entende que a aplicação da reserva de cotas neste certame não se mostra viável, por comprometer a execução eficiente e homogênea do objeto, sendo possível, contudo, a participação de ME/EPP em igualdade de condições, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

#### **4.1.10. Margem de Preferência**

4.1.10.1. Até o momento não existe margem de preferência vigente aplicável a mobiliários, detectores de metais, catracas, televisores, frigobares ou bebedouros, conforme as listas oficiais de bens manufaturados nacionais publicadas pelo Governo Federal (Resoluções CICS/MGI).

4.1.10.2. Dessa forma, não será aplicada margem de preferência nesta contratação, prevalecendo a **igualdade de condições competitivas** entre fornecedores nacionais e estrangeiros, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O prazo de entrega dos bens será de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato, em remessa única ou parcelada, conforme determinação da Administração.

**5.1.1.** A previsão de frequência de fornecimento é a constante no **Anexo I-A – Estudo Técnico Preliminar**, tratando-se de estimativa apenas, a ser confirmada por meio das ordens de fornecimento emitidas.

**5.1.2.** A entrega poderá ser realizada de forma **parcelada (requisição mínima e máxima)**, de acordo com o planejamento da Administração, incluindo as unidades da Superintendência Regional no Acre, Posto de Epitaciolândia e Delegacia de Cruzeiro do Sul, respeitando as fases de construção e ocupação das novas instalações.

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis**, para análise do pedido de prorrogação pela Administração, ressalvados casos fortuitos e de força maior.

**5.3.** Os bens deverão ser entregues nos endereços definidos na **Tabela 1.1.1 deste Termo de Referência**.

**5.4.** O transporte deverá ser realizado de forma adequada, observando as seguintes condições:

- Veículos compatíveis com o porte e volume dos mobiliários, garantindo a **integridade física dos produtos**.
- Proteção contra intempéries, impactos e vibrações que possam danificar a estrutura dos bens.
- Os mobiliários deverão ser transportados devidamente **embalados e acondicionados**, evitando contato direto com o piso do veículo e protegidos contra arranhões, amassados ou quebras.
- É vedado o transporte conjunto com materiais que comprometam a segurança ou integridade dos bens.

**5.5.** A qualidade dos mobiliários e equipamentos deverá atender às especificações técnicas definidas no **item 4 – Requisitos da Contratação** e em seus anexos.

**5.6.** Caso os produtos entregues não correspondam às especificações técnicas estabelecidas no edital e seus anexos, ou descumpram normas legais específicas vigentes (ABNT, INMETRO, Portaria 13.056/2020-DG/PF), **não serão recebidos nem aceitos pela Administração**, devendo ser substituídos no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da notificação formal.

**5.7.** Todas as despesas de **frete, embalagens, impostos e encargos incidentes** deverão estar inclusas no preço proposto, não sendo admitido destaque posterior na emissão da Nota Fiscal/Fatura.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.8.** O prazo de garantia contratual dos bens, será o seguinte:

- **Mobiliários (cadeiras, mesas, armários etc.)** – mínimo de 5 (cinco) anos, conforme Portaria nº 13.056-DG/PF, de 15/07/2020.
- **Frigobar** – mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- **Bebedouro industrial** – mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- **Fogão** – mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- **Catraca eletrônica** – mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- **Detector de metais** – mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.
- **Televisor (TV)** – mínimo de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, de modo a assegurar a garantia mínima obrigatória.

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **Fiscalização técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.8.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, identificando falhas ou defeitos durante a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das ocorrências;

6.8.2.2. Anotar em registro próprio todos os acontecimentos verificados em não conformidade com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as devidas providências.

6.8.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. O recebimento definitivo dos bens será realizado mediante verificação técnica e administrativa, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência e com base no **Checklist de Verificação de Recebimento (Anexo II do Termo de Referência)**, que será utilizado como instrumento formal de conferência e avaliação. O recebimento somente será atestado após análise da conformidade do item entregue em relação às especificações exigidas, considerando aspectos como tipo, qualidade, validade, apresentação e demais características técnicas previstas, incluindo laudo de pureza e qualidade quando aplicável.

#### Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do §2º do art. 7º da Instrução Normativa Seges/ME nº 77, de 2022.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**



7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. Não serão admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **Reajuste**

7.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/05/2025.

7.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### **Exigências de habilitação**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14. A participação de empresas reunidas em consórcio não se mostra adequada para o presente pregão, tendo em vista que a natureza do objeto que tem por objetivo padroni. A execução por múltiplas empresas consorciadas comprometeria a uniformidade do produto, gerando variações indesejáveis e afetando diretamente a satisfação dos órgãos participantes.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico – Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);**

8.24.1. Caso não tenha data de vigência expressa na Certidão, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias após a emissão.

8.24.2. Caso a certidão apresente data de vigência expressa pelo Cartório Distribuidor, essa prevalece sobre o subitem anterior (8.24.1).

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, **já exigíveis e apresentados na forma da lei**, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.25.2. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente;

**8.25.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.**

8.25.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.25.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.25.7. No caso de licitante enquadrado como **Microempreendedor Individual (MEI)**, nos termos do **art. 966 c/c art. 980-A do Código Civil e da Lei Complementar nº 123/2006**, a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido será flexibilizada, considerando-se:

- a **natureza jurídica simplificada** e o **limite de faturamento anual reduzido do MEI**;

- a **presunção legal de capacidade econômica limitada** do microempreendedor, compatível com contratações de pequeno porte.

8.25.8. Nesses casos, **poderá ser exigida apenas a demonstração de capacidade operacional mínima compatível com a parcela a ser executada, vedada a exigência de patrimônio líquido ou capital mínimo que inviabilize sua participação** de forma desproporcional, nos termos do art. 5º, inciso II da LC nº 123/2006.

### Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional, quando for o caso;

8.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso a empresa seja revendedor ou distribuidor dos bens ofertados na proposta, seja solicitado carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

## Disposições gerais sobre habilitação

8.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## Declaração da Empresa Não Fabricante (Anexo III do Termo de Referência)

8.34. Será exigida, das empresas que não sejam fabricantes, a apresentação de declaração formal, como condição de habilitação, na qual assumam integral responsabilidade pelo fornecimento dos produtos, assegurando que a qualidade, o suporte técnico, e que cumprimento dos prazos de garantia legal e contratual aplicáveis aos bens serão idênticos aos ofertados diretamente pelo fabricante e se necessário complementados pela empresa não fabricante.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O **custo estimado total** da contratação é de R\$ 989.981,59 (novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), **conforme custo unitário** apostado na tabela contida no item 1.1.

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Considerando que se trata de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), a **adequação orçamentária será providenciada e disponibilizada conforme a necessidade de contratação futura**, observando-se a existência de saldo orçamentário no momento da emissão da respectiva nota de empenho, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da responsabilidade fiscal.

## 11. Infrações e Sanções Administrativas

### 11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.3. Multa:

11.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

11.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.3.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.3.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

11.3.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11.3.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

11.3.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.3.7.1. Enquadram-se nessa alínea, por exemplo: – Entrega de bens fora do padrão estabelecido no Termo de - Referência (normas da ABNT, INMETRO);

11.3.7.2. Fornecimento com aroma, sabor, textura ou rendimento fora dos parâmetros mínimos exigidos;

11.3.7.3. Apresentação de amostras reprovadas e insistência no fornecimento em desacordo com as especificações técnicas.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.<sup>25</sup>

11.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.11.1.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11.1.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.11.1.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.11.1.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.11.1.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. Anexo I - Termo de Ciência

### ANEXO I TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº ...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

# 13. Anexo II - Checklist de Verificação

## ANEXO II - Checklist de Verificação de Recebimento – Mobiliários e Equipamentos

### DADOS DO RECEBIMENTO

Data de recebimento: // \_\_\_\_\_  
Nº da Nota Fiscal: \_\_\_\_\_  
Quantidade entregue: \_\_\_\_\_  
Nº da Ordem de Fornecimento: \_\_\_\_\_  
Nome do Fiscal: \_\_\_\_\_

### 1. EMBALAGEM E IDENTIFICAÇÃO

- ☐ Produto novo, de primeiro uso, sem sinais de violação
- ☐ Embalagem resistente e íntegra, adequada ao transporte de mobiliário/equipamento
- ☐ Proteção contra umidade, impactos e arranhões (plástico bolha, cantoneiras, isopor, etc.)
- ☐ Etiqueta/Rótulo com as seguintes informações:
- ☐ Marca e modelo do fabricante
- ☐ Número de série ou código de rastreio
- ☐ Lote ou referência do produto
- ☐ CNPJ e razão social do fabricante ou distribuidor autorizado

### 2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

- ☐ Produto entregue conforme especificações técnicas do TR e Portaria nº 13.056/2020-DG/PF
- ☐ Dimensões, cores e acabamentos em conformidade com o pedido
- ☐ Estrutura íntegra, sem amassados, riscos, quebras ou deformações
- ☐ Funcionamento verificado (quando aplicável: catraca, detector de metais, bebedouro, frigobar, televisor)
- ☐ Certificado de conformidade do INMETRO (quando aplicável)
- ☐ Manual de instruções e garantia em língua portuguesa

### 3. CONFORMIDADE LEGAL E DOCUMENTAL

- ☐ Nota fiscal compatível com a Ordem de Fornecimento
- ☐ Catálogo técnico oficial do fabricante entregue
- ☐ Laudos de conformidade (INMETRO/ABNT) quando exigidos
- ☐ Carta de representação/autorização do fabricante (se fornecedor for revenda/distribuidor)
- ☐ Garantia mínima declarada no documento de entrega

### 4. CONDIÇÕES DE ENTREGA E MONTAGEM

- ☐ Transporte adequado, sem contato direto com o chão do veículo
- ☐ Entrega realizada no endereço correto e dentro do prazo previsto
- ☐ Quantidade entregue de acordo com a Ordem de Fornecimento
- ☐ Montagem realizada no local, conforme instruções do fabricante
- ☐ Embalagens e resíduos descartados de forma ambientalmente correta

### 5. DECISÃO DO FISCAL

- ☐ Recebimento provisório aprovado
- ☐ Recebimento definitivo aprovado
- ☐ Produto rejeitado (motivo): \_\_\_\_\_

Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_

## 14. Anexo III - Declaração Revendedor

### ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR NÃO FABRICANTE

[Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob nº [], com sede na [endereço completo], neste ato representada por seu(sua) representante legal, [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade nº [] e CPF nº [], DECLARA, para fins de habilitação no certame licitatório [identificação do processo/edital], que:

1. Não é a fabricante dos bens objeto da presente contratação, atuando na qualidade de revendedora/distribuidora;
2. Assume integral responsabilidade pelo fornecimento dos bens ofertados, em estrita conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência e seus anexos;
3. Garante que a **qualidade, o suporte técnico, a reposição de peças pelo período mínimo de 5 (cinco) anos**, bem como os prazos de **garantia legal e contratual** exigidos no edital, serão idênticos aos ofertados diretamente pelo fabricante;
4. Compromete-se a cumprir integralmente as condições de garantia mínima obrigatória estabelecidas no Termo de Referência, inclusive complementando eventual prazo inferior ofertado pelo fabricante, sem qualquer ônus adicional à Administração Pública;
5. Declara estar ciente de que o descumprimento das obrigações ora assumidas implicará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Por ser verdade, firmamos a presente.

[Cidade], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

[Nome completo do representante legal]

Cargo: \_\_\_\_\_

[Razão Social da Empresa]

CNPJ nº \_\_\_\_\_

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Autorizo a aquisição dos mobiliários solicitados, conforme processo regular, por atender às necessidades da SR/PF/AC e garantir melhores condições de trabalho aos servidores.

**CARLOS ROCHA SANCHES**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/09/2025 às 15:30:09.

**ALZIR FERREIRA SOARES**

Setor Requisitante



Assinou eletronicamente em 29/09/2025 às 13:50:09.



